

“Optei por Relações Públicas para fugir dos números”: reflexos da atitude receosa de estudantes e profissionais frente aos dados quantitativos¹

Karina Ferrara Barros ²

Resumo

Estudos demonstram a atitude receosa de estudantes e profissionais de Relações Públicas frente aos dados quantitativos, o que pode ser verificado em frases como “Optei por Relações Públicas para fugir dos números”. O que significa para as Relações Públicas a “fuga dos números”? O artigo em questão tem como propósito demonstrar de que forma os dados quantitativos estão presentes na formação e na atuação dos relações-públicas, além de discutir os seguintes reflexos da atitude receosa de estudantes e profissionais para o campo: a)obstáculo para o ingresso dos relações-públicas na alta administração; b)contribuição para a invisibilidade da profissão; c)frustração de alunos e egressos do curso; e d)tendências na produção acadêmica do campo. O presente artigo é um primeiro passo na discussão do tema para que possam ser concebidas novas abordagens dos dados quantitativos nas Relações Públicas.

Palavras-chave

Relações Públicas; dados quantitativos; formação; atuação.

Introdução

Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, a profissão de Relações Públicas vislumbrou novas possibilidades de atuação e perspectivas de valorização junto à sociedade. Isso se deve principalmente devido à vulnerabilidade das organizações, as quais estão, cada vez mais, sujeitas a crises de imagem e exposição nos meios de comunicação. Entretanto, é preciso superar o desafio frente à invisibilidade da profissão e, para tanto, é necessário um esforço conjunto entre academia e mercado a fim de proporcionar visibilidade e legitimidade das Relações Públicas (FERRARI, 2006).

França (2003) trata do tema das razões que contribuíram para a pouca visibilidade das Relações Públicas, dentre as quais destaca: a característica polissêmica do conceito de Relações Públicas, a trajetória da profissão no Brasil e a importação do campo de ação e literatura estrangeira para a prática no Brasil. Em pesquisa realizada por Ferrari (2006) junto a 84 profissionais de Relações Públicas, 58,0% dos participantes apontaram como um desafio que enfrentavam o

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação, ensino e estratégias docentes, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela ECA/USP. E-mail: karina.barros@usp.br

desconhecimento do conceito e da atividade de Relações Públicas, tanto por parte dos executivos das empresas em que trabalhavam quanto por parte da sociedade em geral.

O tema também foi investigado em pesquisa com os egressos do curso de Relações Públicas da ECA-USP: apesar de 83,0% dos egressos afirmarem que eram reconhecidos pelas atividades que exerciam, 42% dos participantes afirmaram que não optariam por estudar Relações Públicas novamente (BARROS, 2016). Os resultados foram abordados em etapa qualitativa a fim de elucidar a contradição encontrada e os participantes explicaram que há diferença entre o reconhecimento da boa atuação do profissional e a legitimidade da profissão, ou seja, “o reconhecimento parece ocorrer em maior parte pelas competências pessoais e não àquelas relacionadas à profissão” (FERRARI; GROHS, 2015, p.5232).

O mesmo desconhecimento apontado pelos egressos de Relações Públicas foi visto junto a alunos que ingressam no curso por Gleeson (2013) e Bowen (2002), no exterior. Gleeson (2013) verificou as percepções sobre as Relações Públicas dos alunos de graduação do curso de uma universidade australiana e observou a apreensão de conceitos estereotipados, além da intensa influência da mídia enquanto que instituições ou conhecidos demonstraram pouca influência na percepção dos estudantes sobre as Relações Públicas. Já Bowen (2002) identificou quatro áreas de preconceitos ou ideias equivocadas sobre as Relações Públicas junto aos alunos de uma disciplina introdutória do curso: a) percepções negativas do campo; b) desconhecimento sobre o papel gerencial da profissão; c) desconhecimento sobre o papel da profissão na gestão de relacionamentos; e d) desconhecimento sobre a necessidade de pesquisa na prática profissional.

Sobre a última área identificada por Bowen (2002), a pesquisadora destaca que muitos estudantes se sentiram intimidados pelos dados quantitativos que estão frequentemente envolvidos em pesquisa. No estudo com os profissionais de Relações Públicas, resultado similar foi encontrado por Ferrari (2006): ao abordar os motivos da escolha pelo curso de Relações Públicas, um dos participantes afirmou que “*não tinha ideia, tentei RP porque não gostava de exatas*”. A autora do presente artigo testemunhou depoimentos que vão ao encontro das impressões encontradas por Bowen (2002) e Ferrari (2006) em sua experiência como monitora de disciplina da turma de 1º semestre do curso de Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) no ano de 2020, quando na aula de abertura da disciplina os estudantes foram convidados a partilhar as motivações da escolha por estudar Relações Públicas. Dentre os motivos, alunos indicaram justificativas como “*Optei por Relações Públicas para fugir dos números*”. Essas afirmações não só demonstram

desconhecimento pelos alunos sobre a atuação dos relações-públicas, mas também apontam o desconhecimento sobre a formação que escolheram.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a demonstrar de que forma os dados quantitativos estão presentes na formação e na atuação dos relações-públicas, além de discutir os reflexos da atitude receosa de estudantes e profissionais frente a esse tipo de dado para o campo das Relações Públicas. O documento está estruturado em cinco seções: na primeira seção, introdução, foi apresentado o tema da atitude receosa dos estudantes e profissionais de Relações Públicas frente aos dados quantitativos a partir da contextualização da invisibilidade das Relações Públicas; a segunda seção aborda o tema da presença dos dados quantitativos na formação dos relações-públicas; a terceira seção trata da presença dos dados quantitativos na atuação dos relações-públicas; a quarta seção discute os reflexos da atitude receosa de estudantes e profissionais para o campo das Relações Públicas; e a quinta seção apresenta as considerações finais da autora.

Os dados quantitativos na formação dos relações-públicas

Desde a criação do primeiro curso de graduação de Relações Públicas no Brasil, em 1967, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) (KUNSCH, 1997), o ensino das Relações Públicas passou por diversas modificações, seguindo orientações estabelecidas pelas diretrizes nacionais do Ministério da Educação (FERRARI, 2017). O documento que está em vigor para regular os cursos de graduação em Relações Públicas é a resolução nº 2, de 27 de setembro de 2013 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Públicas. A referida resolução abrange os seguintes aspectos: o projeto pedagógico do curso de graduação em Relações Públicas; as características pessoais do egresso; as competências e habilidades que devem ser possibilitadas pelo curso; os conteúdos curriculares dos cursos de Relações Públicas; o estágio supervisionado; atividades complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso.

O Artigo 3º prevê que “a proposta pedagógica para os cursos de graduação em Relações Públicas deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes: [...] II - de realizar atividades de pesquisa e análise”. O Artigo 4º prevê que:

O egresso do curso de Relações Públicas deve ser profissional ético, humanista, crítico e reflexivo, com as seguintes características pessoais:

I - capacidade acurada de análise conjuntural, de forma que se lide quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação.

O Artigo 5º trata das competências e habilidades e inclui: “a) interesse em desenvolver pesquisas, estratégias e políticas que favoreçam a interpretação qualificada da conjuntura sócio-organizacional” e “d) conhecimento de técnicas e instrumentos adequados ao desenvolvimento de atividades específicas: assessoria de imprensa, organização de eventos, cerimonial e protocolo, ouvidoria, comunicação interna, pesquisa de opinião pública e de mercado”. E o artigo 6º aborda os conteúdos curriculares do curso incluindo como fundamento teórico da comunicação a pesquisa em comunicação e como atividades didáticas as pesquisas de opinião e de imagem, além de apontar no eixo de formação complementar a estatística como conteúdo de domínios conexos para a construção do perfil e competências pretendidas.

Além das determinações nacionais, o tema é abordado na literatura da área. A respeito da formação dos profissionais de Relações Públicas, Simões (1995) destaca que o currículo dos cursos de graduação deve contemplar, entre outros aspectos, informações e práticas sobre métodos de pesquisa de forma que o egresso tenha capacidade de buscar novos dados e saiba interpretar pesquisas. Lopes (2005) ressalta que o desenvolvimento da visão estratégica dos profissionais de Relações Públicas e Comunicação demanda uma formação diferenciada com maior ênfase em assuntos como estatística e gestão.

Também são encontrados estudos, cujos resultados demonstram a importância de conteúdos que envolvem dados quantitativos na formação dos relações-públicas. Em relatório de estudo sobre o ensino global das Relações Públicas, Toth e Aldoory (2010)³ recomendam que o programa ideal de Relações Públicas inclua, além dos conteúdos específicos de Relações Públicas, os temas de negócios, matemática e ciências aplicadas, pois dessa forma os estudantes estarão aptos a competir com as áreas de comunicação integrada de marketing e administração de marketing após a conclusão do curso. As autoras elaboraram um quadro com os conteúdos que deveriam ser contemplados no programa ideal de Relações Públicas, no qual constam os conteúdos de métodos de pesquisa e estatística (TOOTH; ALDOORY, 2010). A Comissão on Public Relations Education (2017) também publicou um relatório, fruto de uma coletânea de pesquisas e esforços de diversos estudiosos, com um diagnóstico do ensino das Relações Públicas e recomendações para o curso. Dentre os estudos, a pesquisa de O’Neil et al. (2017) identificou junto a profissionais e educadores de Relações Públicas os conhecimentos e

³Projeto financiado pela PRSA Foundation, desenvolvido pela Global Alliance for Public Relations and Communications Management e coordenado pela Comissão on Public Relations Education.

habilidades que devem ser proporcionados aos estudantes dos cursos de Relações Públicas. Segundo os autores, os estudantes devem ser encorajados a aprender estatística e administração e a adquirir capacidade de lidar com plataformas de análise (O'NEIL et al., 2017). Duhe et al. (2017) também trataram do tema das competências para a prática das Relações Públicas, buscando observar as diferenças entre os conteúdos ministrados no curso e as necessidades exigidas na atuação profissional, e recomendaram que a disciplina de métodos de pesquisa deve focar na ética em pesquisa, análise e apresentação de dados, métodos de pesquisa e os softwares de análise. Já Gower e Tindall (2017) se aprofundaram no tema do ensino de pesquisa em Relações Públicas e recomendaram que o currículo dos cursos deve contemplar os tipos de pesquisa, os métodos de pesquisa e a análise de resultados, e ainda afirmam que:

Os estudantes precisam de uma compreensão básica de estatística e como usar a estatística para analisar os dados. Mas também devem ser capazes de ir além dos números e identificar implicações para produzir *insights* aplicáveis ao cliente. Converter dados para *insights* requer pensamento crítico, habilidades de estatística aplicada e experiência no tema (tradução nossa).

Conforme demonstrado, os conteúdos que envolvem dados quantitativos não só estão presentes como parte do conteúdo curricular dos cursos de Relações Públicas no Brasil, mas também são necessários na formação destes profissionais. Com isso, a seguir será apresentado como os dados quantitativos estão presentes na prática profissional dos relações-públicas.

Os dados quantitativos na atuação dos relações-públicas

A atuação em Relações Públicas é regulamentada pela Lei 5.377 de 11 de dezembro de 1967, que determina a obrigatoriedade da graduação e do Registro Profissional. A referida Lei também estabelece as atividades exclusivas dos relações-públicas, dentre as quais estão: a comunicação entre a organização e os públicos; o planejamento e coordenação de pesquisas de opinião pública; o desenvolvimento de estratégias de utilização dos meios de comunicação; desenvolvimento de campanhas de opinião pública, além do ensino de técnicas de Relações Públicas (BRASIL, 1967).

O grupo de profissionais de Relações Públicas denominado Parlamento Nacional de Relações Públicas discutiu entre os anos de 1992 e 1997 sobre as atividades exercidas pelos profissionais da área e redigiram o documento intitulado Carta de Atibaia (1997). Neste documento foram incluídas como atividades dos relações-públicas as funções de diagnosticar relacionamentos,

prognosticar a reação dos públicos, propor estratégias e implementar programas de relacionamento entre organização e públicos.

Com base nesse documento, o Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas (CONFERP) publicou a Resolução Normativa nº43 de 24 de agosto de 2002, na qual são definidas as seguintes atividades como privativas das relações-públicas: o planejamento estratégico da comunicação corporativa, o desenvolvimento de campanhas institucionais, a elaboração de estratégias de relacionamento com a imprensa (incluindo a distribuição de informações, produção de manuais e treinamento de dirigentes), a produção de vídeos institucionais e organização de visitas, exposições ou mostras de interesse da organização (CONFERP, 2002).

As atividades dos profissionais de Relações Públicas também são tema da literatura da área. Andrade (1965) traz como atividades das relações-públicas a execução de pesquisas de opinião; o contato com grupos em nome de uma organização a fim de esclarecer uma situação; orientar dirigentes acerca de problemas com a opinião pública; estabelecer princípios éticos de atuação de forma coletiva; divulgar por meios de comunicação uma instituição; orientar visitas, palestras e conferências; desenvolver estratégias de Relações Públicas com funcionários; e o ensino das Relações Públicas.

Ao observarmos as atividades de Relações Públicas, é possível perceber as três dimensões dos papéis desempenhados por estes profissionais: técnica, gerencial e estratégica (FERRARI, 2011). Ferrari (2011) destaca que é na dimensão estratégica que o relações-públicas atuará como um analista de cenários. Segundo Grunig (2011) na análise de cenários os profissionais realizam pesquisa e de acordo com Ferrari (2011, p.164) para cumprir com sua função estrategista o relações-públicas deve “conceber e elaborar planejamento global de Relações Públicas, fundamentando-se em diagnóstico feito com base em pesquisa”. A autora ainda aponta que para alcançar a dimensão estratégica, o profissional deve ter uma bagagem de conhecimentos que o torne capaz de exercer esse papel.

Tsesura e Vergara (2021) desenvolveram estudo junto a acadêmicos e profissionais para reunir um *corpus* de capacidades necessárias para a prática das Relações Públicas. Dentre as 13 capacidades elencadas pelas autoras, estão: pensamento crítico e analítico a fim de encontrar padrões e interpretar dados, e conduzir pesquisas, compreender e analisar dados (TSESURA; VERGARA, 2021). Manley e Valin (2017) buscaram compor um conjunto de conhecimentos e habilidades para a atuação de profissionais recém-formados em Relações Públicas e incluíram as habilidades de aplicar pesquisas qualitativas e quantitativas e de compreender e analisar os resultados. Segundo Gower e Tindall (2017) a pesquisa permanece como conteúdo relevante

na prática das Relações Públicas, mas a novidade é a crescente importância da análise de dados provindos de meios digitais. Kinsky et al. (2017) salientam a necessidade de discutir as oportunidades das relações-públicas ao trabalhar com dados.

Considerando que o relações-públicas é um analista de cenários e deve atuar de forma estratégica (GRUNIG; FERRARI; FRANÇA, 2011), o domínio de conteúdos que envolvem dados quantitativos a capacidade de analisar dados colaboram na performance do profissional, uma vez que: expandem as possibilidades de ações da prática das Relações Públicas, aumentam as oportunidades do profissional no mundo do trabalho, proporcionam o diálogo com outras áreas do conhecimento e com outros departamentos nas organizações e contribuem para a racionalidade necessária no processo de tomada de decisão. Segundo Lopes (2005) a ênfase em assuntos como a estatística e gestão na formação dos profissionais de Relações Públicas e Comunicação proporciona o entendimento da linguagem e do mundo dos negócios. Ludwig (2005) destaca que o aluno de Comunicação precisa aprender a usar efetivamente a estatística e a pesquisa, além de saber trabalhar com planilhas e gráficos para atuar de forma mais estratégica e ser valorizado no mundo do trabalho e, segundo Grunig (2005), há ocasiões em que a gerência ou o cliente solicitam evidências quantitativas mediante o uso de pesquisas em comunicação.

Ao verificar que competências que envolvem dados estatísticos enriquecem a atuação profissional em Relações Públicas, torna-se preocupante a postura receosa dos estudantes e profissionais da área, que pode ser percebida em frases como “*Optei por Relações Públicas para fugir dos números*”. O tópico a seguir discute os reflexos dessa atitude para as Relações Públicas.

O que a “*fuga dos números*” significa para o campo das Relações Públicas?

Visto de que forma os dados quantitativos estão presentes na formação e na atuação dos relações-públicas, serão discutidos quatro reflexos para responder à seguinte pergunta: o que a “*fuga dos números*” significa para o campo das Relações Públicas?

a) Obstáculo para o ingresso dos profissionais na alta administração:

Grunig (2011) destaca que os executivos de Relações Públicas têm maior chance de participar da coalizão dominante quando desempenham o papel estratégico e desenvolvem amplo conhecimento da organização. O domínio de conteúdos que envolvem dados quantitativos e a

capacidade de analisar dados são formas de dialogar com outros setores das organizações que lidam com números diariamente e requisitam dados quantitativos para justificar as ações. Dessa forma, o conhecimento sobre dados quantitativos, a habilidade de analisá-los e a atitude de aplicar conteúdos que envolvem dados quantitativos permitem maior compreensão sobre a organização e assim maior chance de participação na coalizão dominante.

Entretanto, a falta da mobilização do conhecimento para a atuação profissional nas Relações Públicas foi tema de estudos elaborados por Ferrari e Grohs (2015) e Ferrari, Martins e Theodoro (2020), que apontaram a necessidade da aproximação entre o aprendizado e a experiência profissional de Relações Públicas. No caso da estatística, disciplina que contempla dados quantitativos nos cursos de Relações Públicas, o aprendizado na graduação e a aplicação desse conteúdo é um obstáculo para estudantes e profissionais da área. Vigil-Colet, Lorenzo-Seva e Condon (2008) apontam que para muitos estudantes de cursos de graduação com orientação não-matemática, como é o caso das Relações Públicas, a disciplina de estatística é a maior ameaça para a obtenção do diploma. Sesé et al. (2015) destacam ainda que, especialmente os estudantes universitários de cursos na área das Ciências Sociais, reportavam problemas de performance em disciplinas de estatística. Além de ser um problema na formação dos relações-públicas, a aplicação da estatística também é um desafio na prática profissional uma vez que estudantes que concluem a disciplina de estatística com atitudes negativas estão menos propensos a aplicá-la no mundo do trabalho (SCHAU; EMMIOGLU 2012).

b) Contribuição para a invisibilidade da profissão:

Segundo Ferrari (2011, p. 160) “um dos elementos que influencia a prática das Relações Públicas nas organizações é o grau de entendimento que os executivos têm da atividade e do papel do profissional”. Conforme tratado na introdução do presente artigo, a invisibilidade da profissão de Relações Públicas ainda é um desafio a ser superado dentro e fora das organizações. Ferrari (2006) afirma que a pouca importância dedicada às Relações Públicas por parte dos executivos das organizações dificulta o crescimento da profissão e que essa postura persistirá enquanto não houver uma definição clara e de fácil compreensão acerca das Relações Públicas. França (2003) aponta que uma das críticas sobre as Relações Públicas é de que a atividade ainda não foi definida de forma a conquistar *status* e diferenciação em comparação às demais áreas da Comunicação e assim oferecer maior peso no contexto administrativo e estratégico nas organizações. Nesse sentido, a aplicação de conteúdos que envolvem dados quantitativos pelos profissionais de Relações Públicas pode contribuir para a visibilidade da

profissão, principalmente se os relações-públicas tiverem oportunidades de participação na alta administração das organizações.

Em pesquisa realizada por Bowen (2002), apesar da atitude receosa dos estudantes frente aos dados quantitativos, os participantes indicaram a importância que a pesquisa exerce em trazer credibilidade para a função de Relações Públicas junto às organizações. A conscientização sobre os conteúdos e práticas de Relações Públicas é importante não só aos estudantes do curso como também aos potenciais estudantes, uma vez que a falta de conhecimento sobre a área pode acarretar em evasão de alunos e insatisfação após a graduação.

c) Frustração de alunos e egressos do curso:

De acordo com Grunig e Hunt (1984) um grande número de profissionais de Relações Públicas não tiveram a intenção de atuar na área. Bowen (2002) ressalta que as Relações Públicas falharam em divulgar suas responsabilidades e funções, o que permite uma representação negativa da profissão nos meios de comunicação e aceitação dessa visão por parte da sociedade.

Em pesquisa realizada por Ferrari (2006) junto a profissionais de Relações Públicas, foi observado o pouco conhecimento dos participantes sobre a profissão antes do ingresso no curso, uma vez que apenas 10,1% dos respondentes afirmaram que tinham conhecimento claro do conceito no momento em que prestaram o vestibular. Os egressos do curso de Relações Públicas da ECA-USP também demonstraram certo desconhecimento sobre a profissão antes do ingresso: 77,0% dos participantes apontaram conhecer pouco a profissão quando ingressaram e somente 11,0% conheciam com clareza (FERRARI; GROHS, 2015), o que foi complementado em etapa qualitativa por um participante que mencionou que é ao longo do curso de graduação que se aprende o que é Relações Públicas (BARROS, 2016).

Esse desconhecimento é preocupante ao observarmos a insatisfação de alunos e profissionais da área, que poderiam ter optado por outros cursos de graduação se soubessem com clareza como é o curso e a atuação em Relações Públicas, incluindo a presença de dados quantitativos na formação e prática profissional. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2020), em 2019 o total de 3.398 alunos de Relações Públicas tiveram suas matrículas trancadas, desvinculadas ou transferidas para outros cursos na IES na qual estudavam, o que corresponde a aproximadamente 35,4% do número de alunos matriculados no referido ano. É importante ressaltar que não constam nos dados do INEP os motivos da desistência dos alunos, que podem estar relacionados a questões pessoais,

econômicas ou sociais. Entretanto, Rhoden, Andres e Rhoden (2019) investigaram os motivos do abandono do curso de Relações Públicas por estudantes da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e obtiveram como resultados que 14,5% dos estudantes se sentiram incompatíveis com o curso e 14,5% indicaram o baixo nível de motivação e compromisso com o curso.

A insatisfação após a graduação pode ser observada na pesquisa com os egressos de Relações Públicas da ECA-USP, uma vez que 61,0% dos participantes apontaram que a profissão de Relações Públicas não supriu com suas expectativas profissionais (FERRARI; GROHS, 2015). Bowen (2002) sinaliza que as Relações Públicas precisam explicitar o vínculo com a gestão de negócios e com o processo de gestão estratégica, além de conscientizar estudantes e potenciais estudantes do curso sobre o conteúdo de pesquisa presente na área, a fim de formar profissionais que tenham conhecimento de pesquisa e, assim, sejam mais requisitados pelas organizações. Entretanto, não só as organizações corporativas podem se beneficiar a partir da evidenciação da pesquisa e dos dados quantitativos na área das Relações Públicas, como também o meio acadêmico.

d) Tendências na produção acadêmica do campo:

Ferrari (2003, p.59) aponta a falta do domínio da base metodológica aos relações-públicas, especialmente a quantitativa, “ainda hoje evitados por muitos alunos e acadêmicos da área de Relações Públicas”. Dessa forma, a atitude receosa frente aos dados quantitativos também está presente naqueles que produzem subsídios científicos para a área.

Segundo Kunsch (2015), o total de dissertações e teses defendidas no Brasil no período de 2000 a 2014 em Comunicação Organizacional e Relações Públicas foi de 336 dissertações de mestrado e 118 teses de doutorado, respectivamente. Entretanto, é possível observar a tendência para técnicas qualitativas na produção acadêmica: apenas 3 de 126 produções científicas mapeadas por Kunsch (2003) na área de Relações Públicas empregaram técnicas quantitativas. Ferrari (2003, p.59) ressalta que “o não-domínio dos instrumentos estatísticos tem dificultado a realização de pesquisas com amostras significativas de uma determinada população, inviabilizando um maior grau de precisão de análise dos fenômenos estudados”.

Nesse sentido, não só a legitimidade das Relações Públicas como profissão pode ser contestada perante as organizações, como também a legitimidade da área das Relações Públicas como um campo científico. Os dados quantitativos nas pesquisas em Relações Públicas podem facilitar o

diálogo com as demais áreas do conhecimento, principalmente em direção à interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade que são tão importantes para o avanço da ciência e, assim, da sociedade.

Considerações finais

Os dados quantitativos estão presentes na formação e na atuação dos relações-públicas, apesar da atitude receosa de alunos e profissionais. A invisibilidade da área perante a sociedade tem repercussão no desconhecimento sobre a graduação e sobre a prática profissional por parte de estudantes e potenciais estudantes, o que pode levar à evasão ou frustração com curso e profissão. A invisibilidade das Relações Públicas também colaboram para que os executivos das organizações não percebam a importância das Relações Públicas, o que dificulta o crescimento da profissão.

Nesse sentido, evidenciar os conteúdos que envolvem dados quantitativos em Relações Públicas pode colaborar para: a) a participação dos relações-públicas na alta administração; b) a visibilidade das Relações Públicas dentro e fora das organizações; c) a satisfação de estudantes e profissionais de Relações Públicas; e d) o diálogo entre o campo das Relações Públicas e as demais áreas do conhecimento.

Para tanto, a “*fuga dos números*” por estudantes, profissionais e até acadêmicos precisa ser discutida para que possam ser concebidas novas abordagens desse conteúdo nas Relações Públicas, de forma que despertem o interesse pelo aprendizado e incentivem a mobilização desse conhecimento.

Referências

ANDRADE, C. T. de S. **Para entender Relações Públicas**. 2a ed. São Paulo: Biblos Editora, 1965.

BARROS, K. F. Perfil dos Egressos do Curso de Relações Públicas da ECA-USP: Análise qualitativa para a aplicação das novas Diretrizes Curriculares do curso de Relações Públicas. Relatório de pesquisa. 2016. Disponível em:
<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/webform/projetos/bolsistas/Relat%C3%B3rio%20Final%20KFB.pdf?keepThis=true&TB_iframe=true&height=500&width=800>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BOWEN, S. “I thought it would be mores glamorous”: preconceptions ans misconceptions among students in the public relations principles course. **Public Relations Review**, v. 29, p.199-214, 2002.

BRASIL. Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967. Disciplina a Profissão de Relações Públicas. Brasília, DF, 1967.

COMMISSION ON PUBLIC RELATIONS EDUCATION. Fast Forward: Foundations + Future State. Educators + Practitioners. **The Commission on Public Relations Education 2017 Report on Undergraduate Education**. 2017. Disponível em: <<http://www.commissionpred.org/wp-content/uploads/2018/04/report6-full.pdf>> Acesso em: 14 de out. de 2020.

CONFERP. Resolução normativa n.43, 2002.

DUHE, S.; FERGUSON, D.; AHLFF, G.; SCHEN, H. Undergraduate Curriculum: Courses and Content to Prepare the Next Generation of Public Relations Practitioners. *In*: COMMISSION ON PUBLIC RELATIONS EDUCATION. Fast Forward: Foundations + Future State. Educators + Practitioners. **The Commission on Public Relations Education 2017 Report on Undergraduate Education**. 2017. Disponível em: <<http://www.commissionpred.org/wp-content/uploads/2018/04/report6-full.pdf>> Acesso em: 14 de out. de 2020.

FERRARI, M. A. **Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem**. 2017. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERRARI, M. A. Contexto Global e Latino-americano da Comunicação e Relações Públicas. *In*: GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. 2 ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

FERRARI, M. A. Percepção dos profissionais de Relações Públicas sobre o Sistema Conferp: análise da entidade e perspectivas para o futuro da atividade profissional. *In*: Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação XXIX, 2006. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2006.

FERRARI, M. A. Novos aportes das relações públicas para o século XXI. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 24, n. 39, p.53-65, 1o. sem. 2003. Disponível em:< <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/4839/4089>>. Acesso em: 20 set. 2020.

FERRARI, M. A.; GROHS, A. C. C. P. Egressos como fonte de informação para a gestão da qualidade dos cursos de Ensino Superior: análise das percepções dos ex-alunos do curso de Relações Públicas da ECA/USP. *In*: XIV Congresso Internacional de Comunicação - Ibercom, 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ECA/USP, 2015. Disponível em: < <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002759368.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

FERRARI, M. A.; MARTINS, J.; THEODORO, V. Didática nos cursos de relações públicas: desafios e perspectivas no ensino superior. **Organicom**, São Paulo, v. 17, n. 32, p.71-85, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/170925/161257>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FRANÇA, F. Subsídios para o estudo do conceito de relações públicas no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, a. 24, n. 39, p. 127-154, 2003.

GLEESON, D. J. Undergraduate students' perceptions of public relations: an Australian study. **Prism Journal**, Palmerston North, v. 9, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://www.prismjournal.org/uploads/1/2/5/6/125661607/v9-no1-a3.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GOWER, K. K.; TINDALL, N. The Foundation of Effective, Contemporary Public Relations Practice. *In*: COMMISSION ON PUBLIC RELATIONS EDUCATION. Fast Forward: Foundations + Future

State. Educators + Practitioners. **The Commission on Public Relations Education 2017 Report on Undergraduate Education.** 2017. Disponível em: < <http://www.commissionpred.org/wp-content/uploads/2018/04/report6-full.pdf>> Acesso em: 14 de out. de 2020.

GRUNIG, J. E. Uma teoria geral das Relações Públicas: quadro teórico para o exercício da profissão. *In:* GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. **Relações Públicas:** teoria, contexto e relacionamentos. 2 ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. **Relações Públicas:** teoria, contexto e relacionamentos. 2 ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

GRUNIG, J. E. Guia de pesquisa e medição para elaborar e avaliar uma função excelente de Relações Públicas. **Organicom**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.47-69, 1o. sem. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138881/134229>>. Acesso em: 02 out. 2020.

GRUNIG, J. E.; HUNT, T. **Managing Public Relations.** Nova Iorque: CBS College Publishing, 1984.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

KINSKY, E. S.; FREBERG, K.; EHRLICH, S.; BREAKENTIDGE, D.; GOMES, P. Technology: Harnessing the Tools For Public Relations Now and Future State. *In:* COMMISSION ON PUBLIC RELATIONS EDUCATION. Fast Forward: Foundations + Future State. Educators + Practitioners. **The Commission on Public Relations Education 2017 Report on Undergraduate Education.** 2017. Disponível em: <<http://www.commissionpred.org/wp-content/uploads/2018/04/report6-full.pdf>> Acesso em: 14 de out. de 2020.

KUNSCH, M. M. K. O campos acadêmicos em Comunicação Organizacional e Relações Públicas no Brasil: caracterização, pesquisa científica e tendências. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, Málaga, n. 10, v. 5, p. 105-124, 2015.

KUNSCH, M. M. K. Tendências da produção científica em relações públicas e comunicação organizacional no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 24, n. 39, p. 93-125, 1o. sem. 2003.

KUNSCH, M. M. K. **Relações Públicas e modernidade:** novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

LOPES, V. S. C. O relações-públicas como gestor da imagem e a importância da mensuração dos resultados em Comunicação Corporativa. **Organicom**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.71-95, 1o. sem. 2005. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138882/134230>>. Acesso em: 02 out. 2020.

LUDWIG, L. M. Avaliação de resultados: o desafio das agências de comunicação. **Organicom**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.167-181, 1o. sem. 2005. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138888/134235>>. Acesso em: 02 out. 2020.

MANLEY, D.; VALIN, J. Laying the foundation for a global body of knowledge in public relations and communications management. **Public Relations Review**, v. 43, n. 1, p. 56-70, 2017. Disponível em:< <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S036381111630426X>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 2, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Resolução CNE/CES 2/2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º out. 2013. Seção 1, p.28.

O'NEIL, J.; MORENO, A.; RAWLINS, B.; VALENTINI, C. Learning Objectives: What do students need to know and be able to do for entry-level positions? *In: COMMISSION ON PUBLIC RELATIONS EDUCATION. Fast Forward: Foundations + Future State. Educators + Practitioners. **The Commission on Public Relations Education 2017 Report on Undergraduate Education**. 2017. Disponível em: <<http://www.commissionpred.org/wp-content/uploads/2018/04/report6-full.pdf>> Acesso em: 14 de out. de 2020.*

PARLAMENTO NACIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS, Documento conclusivo – Carta de Atibaia – outubro de 1997. 1997.

RODHEN, V.; ANDRES, F. S.; RHODEN, J. L. M. A evasão discente do curso de Relações Públicas da UNIPAMPA: uma análise desta realidade. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. Santa Maria, v. 18, n. 38, p. 279-294, 2019.

SCHAU, C.; EMMIOGLU, E. Do introductory statistics courses in the United States improve students' attitudes? **Statistics Education Research Journal**, Auckland, v. 11. n. 2, p.86-94, nov. 2012. Disponível em:< [https://iase-web.org/documents/SERJ/SERJ11\(2\)_Schau.pdf](https://iase-web.org/documents/SERJ/SERJ11(2)_Schau.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SESÉ, A.; JIMÉNEZ, R.; MONTAÑO, J.; PALMER, A. Can Attitudes Toward Statistics and Statistics Anxiety Explain Students' Performance? **Revista de Psicodidáctica**, Lejona, v. 20, n. 2, p.285-304, 2015. Disponível em: <<https://ojs.ehu.es/index.php/psicodidactica/article/view/13080/12712>>. Acesso em: 08 set. 2020.

SIMÕES, R. P. **Relações Públicas: função política**. 3 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

TOTH, E. L.; ALDOORY, L. A first look: na in-depth analysis of global Public Relations education. Relatório de pesquisa. 2010. Disponível em: <<http://www.commissionpred.org/commission-reports/a-first-look-an-in-depth-analysis-of-global-public-relations-education/>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

TSETURA, K.; VERGARA, L. The U.S. capability framework for public relations and communication management: results of a national three-stage study. **Public Relations Review**, v. 47, 2021.

VIGIL-COLET, A.; LORENZO-SEVA, U.; CONDON, L. Development and validation of the Statistical Anxiety Scale, **Psicothema**, Oviedo, v. 20, n.1, p.174-180, 2008. Disponível em: <<http://www.psicothema.com/PDF/3444.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2020.